

ANTÔNIO HENRIQUES LEAL E O MAU PORTUGUÊS DE ALENCAR

OTACÍLIO COLARES

Em Lisboa, onde residia, em 16 de abril de 1871, em carta endereçada a um “amigo Temístocles” e publicada nos n.ºs 77 e 78 do jornal português *O País*, de 27 e 28 de maio de 1871, o polígrafo brasileiro Antônio Henriques Leal, voltava a tecer comentários, em parte restritivos, à obra de ficção de seu contemporâneo, o cearense José de Alencar, ele que, já anteriormente, os fizera, no mesmo teor, ao autor de *O Guarani*, quando compôs o ensaio intitulado *A Literatura Brasileira Contemporânea*, publicado por primeira vez nos números 4974, 4979 e 4981 do *Jornal do Comércio* de Lisboa, de 25 de maio e 1 e 3 de junho de 1870. (1)

Era, àquela época, mais um que passava a engrossar a fileira dos tradicionalistas de além e de aquém-mar, dentre os quais se destacaram, lá em Portugal, Pinheiro Chagas e, aqui no Brasil, além do lusitano expatriado José Feliciano de Castilho, o brasileiro, e coincidentemente cearense, romancista Franklin Távora. Todos esses, ao que tudo indica, estimulados, à socapa, pelo Imperador D. Pedro II, admirador estrênuo do apenas regular poeta Gonçalves de Magalhães, que a farpa crítica do romancista de *A Viúvinha* e *Diva* não havia poupado nas *Cartas Sobre a Confederação dos Tamoios*.

No que tange ao romancista de *O Cabeleira*, deve ser destacado que, paradoxalmente, embora apontado como precursor do romance regional brasileiro, sob a sua legenda da *literatura do norte*, não tergiversou aquele em empunhar, talvez até sem convicção própria, a bandeira do purismo no escrever, quando todos os homens de letras de bom-senso, no Brasil, deveriam estar sentindo que Alencar o que estava era, conscientemente, enveredando a sua escrita já no sentido de um estilo pessoal, infenso o mais possível aos *clichês* de Além-Atlântico, já também no propósito

indisfarçável do aproveitamento das peculiaridades do falar do Brasil, ponto nevrálgico de nossa independência cultural, correspondente, e já com retardo, à independência política, antes conseguida.

No caso específico do brasileiro Antônio Henriques Leal, maranhense, doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro; comendador da Imperial Ordem da Rosa; membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa; ex-presidente da Câmara de S. Luís do Maranhão; ex-deputado provincial, em sua unidade de nascimento, e ainda regente do Colégio Pedro II, tudo está a indicar que gozava das boas graças do nosso segundo Imperador, muito chegado ao bafejo de escritores, não lhe tendo faltado nem mesmo a corte respeitosa do grande poeta Gonçalves Dias.

E tanto procede a assertiva que, na página que sucede à folha de rosto da publicação de sua autoria — *Lucubrações*, lá está, em destaque: *A Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil*, tudo isto encimando as armas do Brasil Império...

Quanto a Antônio Henriques Leal, parece que as restrições ao autor de *Iracema*, até certo ponto superficiais, mais não foram do que uma questão de *ir na onda*; uma maneira de aceitar, *de mão beijada* e com entusiasmo, a mensagem realmente renovadora do poeta da prosa em língua portuguesa do Brasil.

Tendo escrito sua análise crítica em Portugal, onde viveu largo tempo por questão de saúde, o médico Antônio Henriques Leal, indiscutivelmente homem de adensada cultura clássica, sobretudo no campo da historiografia e das letras, como que se sentira na obrigação de assumir, em chão luso, a defesa daqueles dogmas estruturais que, a seu ver, não poderia jamais vir a ser superados, mesmo por um criador do porte de Alencar, que se propunha, conscientemente, a encetar para a expressão criativa brasileira, através da literatura, o advento de um *modus* que o racionalismo expresso do poeta Gonçalves Dias não conseguira atingir, talvez em razão da forte educação lusa, adquirida na juventude, no próprio Portugal. E isto, de fato, em moldes tão indisfarçáveis que levariam o poeta Ledo Ivo, em pequeno estudo intitulado *Florido Gonçalves Dias*, a dizer do autor de *Os Timbiras*: “Ao contrário dos seus pares, Gonçalves Dias não se deixou arrastar pelo turbilhão do romantismo. Com a lucidez de uma inteligência que vê na dor ou na felicidade uma fera à procura de uma jaula, *ele sempre colocou a vigilância formal acima de suas lágrimas dosadas ou raras alegrias*”. Para continuar, num esforço: “*Embora o seu indianismo traga o estigma do gabinete* e seja o fruto parcial de

rastreações nas crônicas históricas, não se pode negar, que através dele, se consubstancia admirável afirmação de nacionalidade não só literária como política e moral.” (2)

Ao que parece, dado por natureza à polêmica, ou — quem sabe? — engajado por conveniência ao trem dos detratores da *gramática brasileira* de Alencar, o certo é que Antônio Henriques Leal, se manifestou desejo de tornar-se agradável aos puristas, nem sempre usou de lisura absoluta, no combate ao genial criador de *O Guarani*.

Em abono do que afirmamos, vale salientar o mau uso que fez de uma corajosa afirmativa do romancista cearense, no caso, quando da justificativa de que fez acompanhada à segunda edição da narrativa-poema, que é *Iracema*.

No “pós-escrito” à já aludida segunda edição do livro em que cantou, saudoso, a “terra natal”, Alencar, ao responder a acusações de *francesismos* em sua escrita, assim se defendia: “Antes de tudo, uma observação. Desde que uma palavra for introduzida na língua *por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral*, entendo eu que torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou; portanto, pode ela, como qualquer vocábulo originário, ser empregada nos vários sentidos figurados a que se preste com propriedade e elegância”.

Argüindo de trabalho em terreno falso a orientação dada por Alencar ao seu modo de compor, escrevia Antônio Henriques Leal, fazendo a crítica, aqui elogiosa, logo mais, reservada do escritor, na segunda edição de *Iracema*: “Assim, a doutrina que proclama o sr. Conselheiro Alencar, afirmando que desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor, torna-se nacional (*Irac.*, pág. 251) é de todo o ponto de vista falsa e perigosa”.

Compare-se a afirmativa do romancista e coteje-se com o trecho malevolamente truncado na citação do autor do *Panteon Maranhense*. Ver-se-á a intenção do ludíbrio, da má fé.

Alencar, artista de ampla visão criadora e recriadora, trouxe do berço, por assim dizer, tendência ao aproveitamento do falar coloquial e mesmo popularesco, que, havia muito, se vinha instaurando no Brasil.

Será o caso de citarmos Raimundo de Menezes, biógrafo honesto e cuidadoso do grande romancista, quando escreve: “A criança, fraca nos primeiros tempos, alimentada com leite de cabra, é miúda e vivaz. Comanda, em breve, a legião de pequenos que brincam no terreiro, à sombra do oitão, com ossos de reses que, na

imaginação infantil, figuram como grandes boiadas, ou sumia-se o dia inteiro, metia-se no mato. Escuta estórias sobre o passado do do lugarejo. E ainda em cantilena os romances do *Boi Espácio*.”

Logo abaixo, o autor do *Dicionário de Literatura Brasileira* transcreve, do autor de *Lucíola*: “Em minha infância passada nas cercanias da lagoa de Messejana, tão nomeada agora pela salubridade de seus ares e virtudes de suas águas, quase todas as noites, durante os invernos, ouvia eu ao nosso vaqueiro o romance ou poemeto do *Boi Espácio*. Naquela idade feliz, mais dada aos risos e folgares do que às ternuras, muitas vezes umedececeram-me os olhos lágrimas de tristeza inculida pela toada merencórea e sentida da rude cantiga.” Quem assim fala é o Alencar de *O Nosso Cancioneiro* (Cartas a Joaquim Serra) *O Globo*, Ano I, n. 127, 9.12.1874.

Que era o *Boi Espácio*, a que alude o romancista em estado de lembranças? *O Boi Espácio* das primeiras impressões do menino Cazuzo do sítio Alagadiço Novo, em Messejana, é um desses romances do riquíssimo rimário popular do Nordeste, do mais forte cunho regionalista, relicário precioso, como elemento sociológico de valor inestimável, fixador que é, em seu argumento, de *boi* como tema épico, simbolizando em si, acrisolados, todos os lances heróicos do dia-a-dia nos vastos rincões da comburida e adusta região, ao tempo em que, provindos dos Matos Gerais, perlongando o S. Francisco, o rio integrador por excelência, os rebanhos se vieram espalhando pelas melhores terras de criatório, para se fixarem, depois, em currais imensos a ponto de, por largo tempo, serem esses currais, sobretudo na província do Siará Grande, os responsáveis pela produção do charque distribuído para grande parte do país.

De tanto ouvir os caboclos de sua casa de sítio cantarem, nas noites silenciosas e frias, as peripécias do *Boi Espácio* ou do *Rabicho da Geralda*, quantas palavras ou expressões típicas não lhe ficaram nos ouvidos, quanta ritmia dolente não lhe impressionou, em menino, a sensibilidade para refluir, na idade adulta, como substrato a ser utilizado na constituição de algo autêntico, como contribuição à nova maneira *brasileira* de sentir e exprimir o nosso homem e a nossa paisagem?

Vinde cá meu *Boi Espácio*,
Meu boi preto, caraúna;
Por seres das pontas üso
Sempre vos deitei a unha.

*Criou-se o meu Boi Espácio
No sertão das Aroeiras;
Comia nos cipoais,
Malhava nas capoeiras.*

*Foi este o meu Boi Espácio,
Um boi corredor de fama;
Tanto corria no duro,
Como na varge de lama.*

Reparemos na simpleza de várias palavras e expressões contidas em apenas três quadras do longo e tradicional romance em que o boi famanaz é cantado pelo vaquejador. Do mesmo teor no linguajar são as estrofes de sete pés do *Rabicho da Geralda*, também das memórias do menino Cazuza, em que a fabulação popular dá voz ao próprio animal que protagoniza o poema:

*Ainda eu era bezerro
Quando fugi do curral
E ganhei o mundo grande
Correndo no bamburral.*

*Onze anos eu andei
Pelas caatingas fugido;
Minha senhora Geralda
Já me tinha por perdido.*

*Morava em cima da serra
Onde ninguém me avistava;
Só sabiam que era vivo
Pelo rasto que eu deixava.*

Não é arrojado demais concluir que, ao defender o emprego, em suas obras literárias, de termos e construções sintáticas de estrutura extravernacular, subordinou, naturalmente, o fenômeno da absorção dos mesmos ao binômio ESCRITOR — USO GERAL: levado em conta ser o escritor uma sensibilidade perfeitamente integrada no complexo geo-sociológico dos meios em que fazia decorrerem as suas histórias, jamais o autor de obras apegadas, na construção, inclusive no tocante à linguagem, aos chamados padrões inarredáveis, dados como tal, em determinado estágio da evolução da língua portuguesa.

Ora, em seu caso particular, José de Alencar julgava-se, e com razões sobradas, o escritor refletindo as imposições do *uso geral*, ele que, para pasmo de muitos, mesmo contemporâneos, revelou-se

autor que, antes de empreender suas estórias, quer indianistas, quer de cunho histórico ou social, por certo, entre outras coisas, acompanhou a evolução do falar português, através dos textos das crônicas que, no Brasil Colônia, se escreveram, do descobrimento até a independência, subordinada a língua da mãe-pátria ao processo de enriquecimento e modificação, paulatinos mas constantes, decorrência de um sem número de fatores ponderáveis, entre estes, e com grande prevalência, o da miscigenação branco + índio + negro.

Não houvesse feito leitura aligeirada do “pós-escrito” (uma opção) ou se esmerado inamistosamente em adulterar o pensamento do escritor seu contemporâneo, (outra opção) teria Antônio Henriques Leal observado com quanta riqueza de pormenores se estendera o autor de *Iracema* na justificação de sua maneira *diferente* de compor, reveladora a sua linguagem de uma série de influências ambientais o cronológicas, para algumas das quais o próprio acusador, em certos e determinados trechos do seu longo escrito de análise, encontrara razão de ser, como quando escreveu:

“Não nego que a língua portuguesa, riquíssima até a sua idade de ouro, não tem acompanhado daí em diante os progressos da humanidade e que há suma dificuldade em exprimir hodiernamente coisas aliás vulgares e de uso comum.” Não contente ainda, escreve, noutro trecho: “Nós, os brasileiros, viajamos muito, educamo-nos em países muito adiantados, lemos e sabemos as literaturas italiana, inglesa e alemã; temos pois visto e conhecemos mais objetos que os literatos portugueses. Seria, pois, duro que ficássemos estacionados, à espera de um *dixit*, sem exprimirmos nossas sensações por falta de vocábulos, nem empregássemos os termos de antropologia, de botânica, de geografia, ou os comuns de língua tupi, que significam coisas nossas.”

O trecho imediatamente acima citado, se bem que revele, em Antônio Henriques Leal, de qualquer modo, o observador rendido já as evidências modificadoras, apresenta só e só o limitado campo do enriquecimento vocabular, por assim dizer, técnico-científico e à contribuição terminológica indígena, isso em base de mera justaposição. Não se apercebeu (ou não quis dar idéia de tal) do que a influência, no caso especial de silvícola, não foi, jamais do simples justaposição, mas, antes de tudo, de perfeita e irretorquível integração, evidenciada até mesmo na maneira da construção frásica e no uso sempre mais e mais acentuado da linguagem simbólica, tão fartamente utilizada pelo autor de *Ubirajara*.

Também não se apercebeu Antônio Henriques Leal da ponderável contribuição do africano, ele, o autor, sendo maranhense, e assim obrigado a estar mais atento à acentuada influência do

elemento negro, ali abundantíssimo, no eito como na ambiência dos lares coloniais, o que contribuiu, sem sombra de dúvida, para sensíveis diferenciações entre o falar português de Portugal e o falar português (enriquecido) do Brasil.

Não há negar: os que combateram, na época, o escrever de José de Alencar mais não fizeram, uns como outros, do que intentar, por mil maneiras, malévolas ou vesgas, empanar o gesto atrevido de um escritor que, consciente de um processo evolutivo e modificador irreversível, afrontou as iras despertadas do comodismo conservador e do eruditismo arcaizado e criou, com a sua coragem de convicto, um divisor de águas na história da língua e da literatura portuguesa.

Mesmo decorrido um século das críticas do maranhense, o que se torna cada vez mais evidente é que o polígrafo da *Lucubrações*, tal como os que com ele fizeram coro, na contemporaneidade, jamais desconheceu no autor de *As Minas de Prata* as potencialidades comprovadas do escritor nato, servidas — o que nem todos conseguiram conhecer e reconhecer — por uma sólida cultura nos diversos escaninhos do conhecimento humanístico, sem faltar o Vernáculo...

E não se venha a pensar que, pelo fato de fazer o que julgava ser o “bom combate” em prol da língua portuguesa intocável, fosse o maranhense o *nec plus ultra* em termos de completos conhecimentos de Português. Basta que se atente para o título do seu livro polêmico — sem dúvida meritório para a época em que veio a lume — LUCOBRAÇÕES, grafada, como se vê, a palavra com O na sílaba inicial, sabido que o termo, em legítimo vernáculo, é LUCUBRAÇÕES com U, e não O, na sílaba inicial...

E não se venha apelar para tratar-se de grafia abonada essa usada pelo autor do *Panteon Maranhense*. Nenhum dos maiores dicionários da língua, etimológicos ou não, concede a quem quer que seja vaza para o uso permitido da palavra *LOCUBRAÇÃO*. Nem mesmo o magnífico glossário do brasileiro Antônio de Moraes Silva o abona, ele por quem Antônio Henriques Leal demonstra admiração profunda.

Lá está, no completo *Dicionário da Língua Portuguesa* (1873) de Frei Domingos Vieira: “LUCUBRAÇÃO” — s. f. (Do latim *lucubrationem*) vigília do trabalho, do que estuda. Obra escrita e composta à luz da candeia, que custa vigílias. Figuradamente: desvelo.”

Como se vê, não eram sumidade os filólogos que combatiam Alencar, o qual, não contente de ser o ficcionista extraordinário, robustecido em sua grandeza com o passar do tempo, foi também, indiscutivelmente, honesto pesquisador da fenomenologia lingüística portuguesa, a julgar por trabalhos publicados parcialmente, em 1874: *A Língua Portuguesa no Brasil*, n.º 3, 4, 5 e 6 da revista *América Latina*, Rio, sob a epígrafe *Questão Filológica*, evidentemente com vistas ao opoente Henriques Leal; *Resenha de Gramática Portuguesa e Metrificação do Verso Português*, também inéditos, segundo o escritor Raimundo de Menezes. (4)

-
- (1) Antônio Henriques Leal — **Questão Filológica** — a propósito da segunda edição de *Iracema* — **A Literatura Brasileira Contemporânea**, in **Incubrações**, Tip. Castro Irmão, Lisboa, 1874.
 - (2) Ledo Ivo — **Poesia Observada**, Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio, 1967.
 - (3) José de Alencar — **Iracema**, Companhia José Aguilar Editora, in **Ficção Completa**, 2.º volume, 1954.
 - (4) Raimundo de Menezes — **José de Alencar**. Livraria Martins Editora. 1965, S. Paulo.